

As pontes facilitam a mobilidade em Brasília



ALDO PAVIANI
Geógrafo e professor emérito da Universidade de Brasília (UnB)

A cidade que nasceu compacta com o projeto do Plano Piloto do urbanista e arquiteto Lucio Costa se espalhou antes mesmo da inauguração de Brasília, em 21 de abril de 1960. Taguatinga surgiu em 1958 para que os operários e o pessoal do escalão inferior do governo federal tivessem um lote e construíssem moradia. Agora, são mais de 30 núcleos, pouco conectados entre si, mas profundamente ligados ao núcleo central. Esses núcleos — cidades-satélites — passaram a ter a denominação do governo local de regiões administrativas (RAs).

As relações ficaram dificultadas pela construção da barragem do Lago Paranoá. Isso obrigou a administração a construir pontes para facilitar a circulação de um lugar para outro. O lago, segundo se afirmou inicialmente, foi formado para umidificar a cidade, mas isso se perde na atmosfera e pouco influiu na umidificação das RAs, algumas muito distantes do lago e do Plano Piloto. Gama, Planaltina e Brazlândia localizam-se, respectivamente, a 42 e a 55 quilômetros do núcleo central. Ao passar dos anos, com núcleos urbanos distantes do centro e entre si, eles se beneficiaram com as pontes porque vieram facilitar o ir e vir em todo o DF. Hoje, essas pontes são indispensáveis.

A disposição das pontes facilitou a mobilidade, sobretudo para os que têm trabalho no Plano Piloto e dependem de transporte público, metrô ou ônibus. O DF não tem trem suburbano ligando os 35 núcleos existentes. Algumas pontes foram construídas para diminuir o percurso — como a Ponte JK para os que moram no Lago Sul,

nas proximidades da Ermida Dom Bosco e condomínios mais afastados. A Ponte do Bragueto é continuidade de rodovia federal e desemboca no Eixo Monumental. Ela facilita quem se desloca de Sobradinho, Planaltina e Planaltina Goiás (Brasília) em direção ao Plano Piloto e o Lago Sul e, por extensão, com todos os condomínios da área da região Dom Bosco ou mais distantes. Essa ponte facilita a ida do Plano Piloto ao Centro Comercial Gilberto Salomão e, em sentido inverso, do Lago Sul ao núcleo central e às cidades-satélites, colaborando com a fluidez do tráfego. Portanto, onde não havia nada, a não ser algumas fazendas distantes de tudo, elas se viram envolvidas com a migração intensa de pessoas e de instituições ligadas ao governo federal instaladas nessa área.

As pontes facilitam a mobilidade em Brasília e se tornaram imprescindíveis, pois têm função econômica e social, que não é apenas levar objetos de um lado a outro, mas para encurtar o caminho de pessoas para buscar serviços ou realizar empreendimentos do outro lado. Daí ser a ponte essencial para as pessoas. Muitas cidades têm pontes historicamente importantes. Só para citar poucos exemplos, todos sabem ou já viram cartões-postais com a Ponte de Londres, que é um marco para a cidade britânica, pois foi bem construída e tem representação histórica, objetos de narrativas e de filmes contando o que por ela já havia passado e

as atitudes de seus personagens. A ponte sobre o Rio Arno tem as casas da Ponte Vecchio em Florença, na Itália, e é larga o suficiente para ter moradias desde muito tempo.

As mudanças econômicas, ambientais e sociais que ocorreram em centro urbano a partir da construção de pontes são da dinâmica urbana, pois os núcleos vão se adaptando às circunstâncias e às demandas das respectivas populações, empresas e instituições. Brasília é cidade moderna com capacidade de se atualizar aos ciclos que apontam o futuro. E há muitas mudanças que ainda não se podem vislumbrar, pois são quase imperceptíveis no cotidiano. Todavia, nada pode interferir ou modificar o Plano Piloto, pois ele é o centro histórico e Patrimônio da Humanidade, estabelecido pela Unesco em 1987. No sentido mais amplo, considera-se que Brasília ampliou a faixa demográfica do país, jogando para o oeste até as fimbrias sul da Amazônia. Igualmente, o Plano constitui o centro de tudo o que foi esmeradamente pensado para abrigar as instituições federais no passado, na atualidade e nos tempos vindouros.

Brasília é moderna e tem capacidade de se atualizar nos ciclos que apontam o futuro. Há muitas mudanças que ainda não se vislumbram, mas que vão acontecer. Contudo, nada pode interferir ou modificar o Plano Piloto, que foi esmeradamente pensado para ser a sede do governo federal, como foi referido, para abrigar as instituições indispensáveis do governo para os tempos vindouros. E assim será, esperemos.

Corrida por influência na reforma tributária precisa ser qualificada

» RODRIGO SPADA
Auditor Fiscal da Receita Estadual de São Paulo, presidente da Associação Nacional das Associações de Fiscais de Tributos Estaduais (Febrafite) e da Associação dos Auditores Fiscais da Receita Estadual de São Paulo (Afresp)

Como passamos mais de 30 anos debatendo uma proposta de reforma do sistema tributário brasileiro, a promulgação da PEC 45/2019, no fim de 2023, foi objeto de merecidas celebrações. Passado esse momento de exaltação, voltamos, agora, ao trabalho. A emenda constitucional, afinal, é muito mais um ponto de partida do que uma linha de chegada. Seu texto já anuncia o compromisso que teremos nos próximos meses ao dar o prazo de 180 dias para que o Executivo encaminhe ao Congresso os projetos de regulamentação.

Em 12 de janeiro, o Ministério da Fazenda publicou a portaria que instituiu os grupos técnicos responsáveis pela elaboração dos anteprojetos de lei que vão regulamentar a reforma tributária. São 19 grupos, divididos por áreas temáticas e compostos por representantes da União, dos estados e dos municípios.

Esse ato inaugura uma nova fase na empreitada de modernização do sistema tributário brasileiro. Assim como aconteceu durante a tramitação da proposta na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, esse momento ensina a atuação política de diferentes grupos no sentido de buscar espaço para seus interesses nas normas infraconstitucionais. Esse movimento deve ser ainda mais intenso que o registrado na discussão da PEC porque, naquele momento, muitos setores e entes federados não acreditavam na possibilidade de aprovação da reforma e não participaram de sua construção ou chegaram tardiamente ao debate. Agora, com a proposta aprovada, não há mais dúvidas sobre o sucesso político da reforma.

Diante dessa nova corrida por interesses setoriais, o que pugnamos, como operadores do sistema tributário, sobretudo da base de consumo — objeto da reforma em tela — é que haja um compromisso, por parte da sociedade e do governo, de que essa ação seja guiada pelos ideais republicanos e orientada pela boa técnica.

Como forma de induzir a construção qualificada e de subsidiar a sociedade com informações relevantes sobre o sistema tributário, vamos intensificar nossa participação no debate público com duas importantes ações: a reativação do Movimento VIVA e a realização de um seminário sobre a reforma tributária que, com o apoio da Embaixada da Espanha, fará uma análise comparativa entre os modelos do Brasil e da Europa.

O Movimento VIVA é uma articulação criativa proposta pelo visionário auditor fiscal da Receita Estadual de São Paulo José Roberto Soares Lobato (in memoriam). O projeto, que começou a ser concebido em 2015 e seguiu ativo até 2020, foi fruto, nessa primeira fase, de uma parceria entre a Associação dos Auditores Fiscais da Receita Estadual de São Paulo (Afresp) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). O Movimento partiu do diagnóstico de que a aguda crise vivida pelo Fisco Paulista à época decorria de uma crise maior, do sistema tributário brasileiro. Assim, a iniciativa conduziu debates, workshops e seminários sobre os modelos de tributação e de administração tributária mais adequados. Desse Movimento surgiram articulações e propostas que foram valiosas para permitir uma participação ativa dos Fiscos Estaduais no atual debate sobre a reforma tributária.

Foi nesse movimento, por exemplo, que o atual Secretário Extraordinário da Reforma Tributária, Bernard Appy, que à época estava à frente do Centro de Cidadania Fiscal, tomou conhecimento do mecanismo de cashback, incorporado à emenda constitucional. Essa ideia de devolução personalizada do imposto foi desenvolvida pelo auditor fiscal da Receita Estadual do Rio Grande do Sul Giovanni Padilha, em sua tese de doutorado defendida na Espanha. Integrante da Comissão Técnica da Febrafite — Associação Nacional de Associações de Fiscais de Tributos Estaduais, entidade que também participou do Movimento Viva, Giovanni teve sua metodologia difundida entre importantes agentes políticos por meio dessa articulação entre auditores fiscais, sociedade civil, autoridades políticas e acadêmicos.

A implementação de uma boa reforma tributária é tarefa árdua e complexa. Precisa ser feita a muitas mãos porque seus resultados impactam diretamente diversos segmentos da sociedade. É, portanto, natural que haja interesse dos setores em atuar na construção do texto, mas é fundamental que essa atuação seja qualificada, que leve em conta os insumos técnicos e não deixe interesses individuais contaminarem o compromisso com a justiça fiscal e a melhoria do ambiente de negócios. Nós, auditores fiscais das receitas estaduais, estaremos vigilantes na defesa dos interesses coletivos e atuantes na produção e difusão do conhecimento sobre o que há de mais moderno no mundo sobre sistemas tributários.

A aposentadoria na era digital

» THAIS MARIA RIEDEL DE RESENDE ZUBA
Doutora em direito constitucional, mestre em direito previdenciário e presidente da Associação Confederativa Brasileira da Advocacia Previdenciária

Hoje, dia 24 de janeiro, comemoramos o Dia do Aposentado. É a data que celebra quem já dedicou parte da sua vida a trabalhar, contribuir com a construção de uma sociedade mais próspera e, agora, pode descansar. E como sabemos, no Brasil, o sistema é contributivo, regido pelo princípio da solidariedade e firmado em um pacto intergeracional (entre gerações). Enquanto uma geração trabalha, contribui para que outra usufrua da aposentadoria.

Esse sistema — que foi ampliado pela Constituição de 1988 e tem como objetivo proteger a sociedade contra os riscos sociais, como a doença, o acidente, a morte, o desemprego, a maternidade e a idade avançada — corre perigo de colapsar. Ocorre que o Sistema de Seguridade Social do Brasil, como em todos os países, é fruto de suas condições históricas, econômicas e culturais. Até a Constituição de 1988, não havia um sistema integrado que abordasse o assunto nas suas vertentes principais: assistência, previdência e saúde.

Foi a Constituição Federal de 1988 que estipulou a universalização do acesso à saúde, a assistência social aos necessitados e a previdência a todos que trabalham. Apontou, também, as fontes de financiamento, sendo que a maior parte vem da folha de pagamento, mas não só. Contribuem com o financiamento da previdência o faturamento e o lucro das empresas, a arrecadação dos jogos de apostas (concursos de prognósticos)

e também as contribuições sociais sobre a importação, entre outros.

Na década de 1990, a América Latina foi atingida por diversas crises financeiras que desencadearam uma onda de recessão, obrigando os países a buscarem recursos em instituições internacionais que impuseram uma série de medidas neoliberais para oferecer socorro. Tais ações tornaram o acesso mais difícil e os benefícios, menores.

Somam-se a isso os avanços tecnológicos que vêm substituindo de maneira rápida trabalhadores por sistemas automatizados, sucessivas crises que têm gerado o aumento de desemprego, a ampliação do trabalho informal e a “pejotização” do trabalho. Essa combinação desequilibra o sistema. Pesquisa recente apontou que apenas 52% dos brasileiros contribuem com o INSS, e os jovens são os que menos contribuem e são os mais expostos aos riscos.

A resposta governamental a esse estado de coisas ainda é muito aquém do que se precisa para solucionar o problema. O que temos visto é uma série de reformas da Previdência desde o início da década de 1990, feitas muito mais para resolver um problema financeiro do Estado do que realmente para manter o espírito trazido pela Constituição, que é proteger o cidadão contra os riscos sociais. Aprimorar a arrecadação e a gestão do orçamento da Seguridade Social, como também a fiscalização de ilícitos e desvios, é um caminho

para prevenir as situações de risco no ambiente de trabalho. No lugar disso, temos reformas legislativas sendo feitas em partes, sem olhar o todo do sistema de Seguridade Social.

A última reforma constitucional da Previdência foi realizada há quatro anos e, até hoje, segue sem a regulamentação infraconstitucional devida. É reflexo de uma condição cultural brasileira de não dar a devida importância para um tema tão sensível quanto a aposentadoria.

A regulamentação e a sistematização de todas as normas, leis e princípios relativos à Previdência em um código previdenciário nacional resultariam em mais segurança jurídica e a possibilidade de trazer elementos científicos atuariais para a definição adequada de regras e cálculos de benefícios. Também evitaríamos que um contingente tão grande de pessoas, como temos hoje, fosse para a insegurança social. É necessário, ainda, estimular uma cultura previdente, em que tenhamos um sistema contributivo adequado para financiar uma justa aposentadoria a todas as pessoas que trabalham.

Que o Dia do Aposentado sirva de reflexão sobre a sociedade que queremos: uma ordem social capaz de efetivamente proteger as pessoas contra as situações de risco e garantir bem-estar à população na idade avançada ou um sistema desatualizado com os novos riscos globais, que protege cada vez menos e se torna cada vez mais dependente da assistência social?